

**PERFIL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS DOCENTES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS
BRASILEIRAS**


FINANCIAL EDUCATION PROFILE OF TEACHERS OF BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES

**PERFIL DE EDUCACIÓN FINANCIERA DE LOS PROFESORES DE LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
BRASILEÑAS**

Gleison de Abreu Pontes


Universidade Federal de Uberlândia

E-mail: gleison.orientador@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8421-342X>


Patrícia de Souza Costa

Universidade Federal de Uberlândia

 <https://orcid.org/0000-0001-5087-1419>

E-mail: patricia.costa@ufu.br

Ahssyma Merhi Rangel

 <https://orcid.org/0000-0003-1916-3697>

E-mail: ahssymamerhi@hotmail.com

Artigo recebido em 28/05/2022. Revisado por pares em 30/01/2023. Recomendado para publicação em 10/02/2023, por Ademar Dutra (Editor Científico). Publicado em 05/04/2023 Avaliado pelo Sistema double blind review. ©Copyright 2022 UNISUL-PPGA /Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios. Todos os direitos reservados. Permitida citação parcial, desde que identificada a fonte. Proibida a reprodução total. Revisão gramatical, ortográfica e ABNT de responsabilidade dos autores.

Resumo

O estudo propõe identificar se fatores demográficos e socioeconômicos afetam a percepção e o nível real de educação financeira dos docentes de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior (IES) públicas brasileiras. O levantamento, realizado por meio de um questionário *online*, resultou em 549 respostas válidas, analisadas por meio de regressão linear. O estudo evidenciou que os docentes superavaliaram o conhecimento que possuem sobre educação financeira. Gênero, idade, possuir dependentes e renda, afetam o nível de educação financeira percebido e real. A graduação na área de negócios, influencia positivamente na educação financeira que os docentes possuem.

Palavras-chave

alfabetização financeira; ensino superior; políticas educacionais.

Abstract

The objective of this research was to identify the levels of financial education perceived and practiced by undergraduation and graduation professors from Brazilian public higher education institutions (HEI). The survey, carried out through an online questionnaire, resulted in 549 valid responses, analyzed using linear regression. The study showed that undergraduate and graduate professors over-evaluated their knowledge of financial education. Gender, age, having dependents and income affect the perceived and actual level of financial education. Graduation in the business area has a positive influence on the financial education that teachers have.

Keywords

financial literacy; higher education; educational policies.

Resumen

El objetivo de esta investigación fue identificar los niveles de educación financiera percibidos y practicados por profesores de grado y posgrado de las Instituciones de Educación Superior (IES) públicas brasileñas. La encuesta, realizada a través de un cuestionario en línea, arrojó 549 respuestas válidas, analizadas mediante regresión lineal. El estudio mostró que los profesores sobrestiman su conocimiento en educación financiera. El género, la edad, tener dependientes e ingresos afectan el nivel percibido y real de educación financiera. La graduación en el área empresarial influye positivamente en la educación financiera que tienen los docentes.

Palabras clave

educación financiera; enseñanza superior; políticas educativas.

1 INTRODUÇÃO

O consumo sem planejamento pode afetar não só a vida financeira de quem consome, mas também do restante da população, visto que pode aumentar a inflação, desvalorizar a renda pessoal e gerar desequilíbrio financeiro (CABRAL, 2014). Por exemplo, pesquisa realizada pela *Global Financial Literacy Excellence Center* em 2017 identificou que somente 35% dos adultos brasileiros são alfabetizados financeiramente (HASLER; LUSARDI, 2017), o que pode acarretar um aumento das taxas bancárias e inadimplência no país (SILVA; FERRAREZI, 2010). Dessa forma, a falta de planejamento orçamentário pessoal pode influenciar nas decisões do governo e conduzir à elaboração de políticas voltadas para o desenvolvimento da educação financeira.

A Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, traz que as escolas brasileiras devem aderir à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para nortear seus currículos. Em conjunto, o Decreto-lei n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010 instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), a qual foi modificada pelo Decreto-lei n. 10.393, de 9 de junho de 2020. Conforme o art. 1º deste decreto, a ENEF tem o objetivo de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. Assim, a BNCC passa a estabelecer que um dos temas a ser abordado pelas escolas é a educação financeira (BRASIL, 2020).

Em virtude da necessidade de inclusão da educação financeira na base curricular das escolas é importante entender se os docentes das categorias de ensino estão preparados para tal tarefa, pois a educação financeira deve ser ensinada por corpo docente devidamente capacitado (COUTINHO; TEIXEIRA, 2016). Além disso, uma vez que os professores possuem certa influência sobre os estudantes e outros indivíduos com os quais dividem suas experiências (ANDRADE; SANTOS, 2015), o fato do docente possuir educação financeira pode contribuir para a formação de outras pessoas.

A educação financeira corresponde não apenas a possuir instrução sobre finanças, mas também a habilidade de aplicar o conhecimento adquirido na tomada de decisões (HUSTON, 2010). A percepção de alguém quanto ao próprio nível de educação financeira pode ser diferente do seu nível real de conhecimento, uma vez que para medir o nível real deve se considerar o comportamento financeiro, a capacidade financeira e a educação financeira em suas formas subjetiva e objetiva (XIAO; PORTO, 2017). Por conseguinte, o nível de educação

financeira (NEF) pode ser mensurado por meio da percepção dos indivíduos ou buscando identificar o nível real de educação financeira.

Way e Holden (2009) se propuseram a identificar a percepção dos professores do ensino fundamental e médio sobre o NEF que possuem, o que pode não representar o real conhecimento desses indivíduos sobre o assunto. Leal, Santos e Costa (2020) buscaram investigar a percepção e o nível real de educação financeira, contudo, a amostra da pesquisa foi composta por estudantes em vez de docentes do ensino superior. Desse modo, identificar o nível real de educação financeira dos professores e confrontá-lo com sua percepção, representa uma lacuna de pesquisa que pode trazer contribuições para políticas que busquem o desenvolvimento da educação financeira com vistas ao aperfeiçoamento destes profissionais.

O nível de conhecimento sobre educação financeira de um indivíduo pode ser afetado por variáveis socioeconômicas e demográficas. A este respeito, os principais determinantes do NEF de um indivíduo, identificados na literatura, são: gênero, possuir ou não dependentes, a renda própria, a renda familiar e o nível de escolaridade (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015). O emprego destas variáveis torna possível identificar o perfil psicométrico do indivíduo que faz com que este venha a se engajar em atividades que conduzem a um maior NEF (FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014). No entanto, destaca-se que não foram identificados estudos que investigassem os determinantes do NEF dos docentes de ensino superior, o que configura uma lacuna de pesquisa devido ao fato dos docentes serem parte fundamental no processo de ensino aprendizagem da educação financeira na sociedade.

Diante do contexto apresentado, o presente estudo traz à tona o seguinte problema: **os aspectos demográficos e socioeconômicos estão relacionados com o NEF dos docentes do ensino superior?** Assim, o objetivo da pesquisa consiste em identificar se aspectos demográficos e socioeconômicos estão associados com o NEF dos docentes de graduação e pós-graduação de IES públicas brasileiras.

Há necessidade de expandir as oportunidades de aprendizado em educação financeira dos professores para suprir as necessidades pessoais e profissionais dos mesmos (WAY; HOLDEN, 2009). Por isso, uma das contribuições do estudo é identificar os pontos que necessitam de melhoria para que os docentes estejam capacitados a transmitir conhecimento acerca da educação financeira, assim como aplicar na própria vida. As IES podem utilizar os resultados encontrados nesta pesquisa para investir mais na capacitação dos docentes que se

encaixem em grupos com perfis psicométricos que possuem menor NEF. Sendo essa capacitação algo benéfico não só para os docentes, mas também para os discentes, pois professores possuem certa influência sobre aqueles com os quais compartilham suas experiências (ANDRADE; SANTOS, 2015).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A SOCIEDADE

A forma com que os recursos financeiros são gastos, reflete diretamente no bem-estar das famílias, pois investimentos e aplicações mal executados podem gerar dívidas e inadimplências, acarretando dificuldade em fornecer e obter os bens ou serviços necessários a subsistência. A facilidade de acesso ao crédito aumenta o nível de endividamento da população por atuar como um mecanismo de estímulo ao consumo para parte da população que possui uma demanda reprimida em razão de sua baixa renda (CABRAL, 2014). A conscientização sobre adquirir bens e serviços é de suma importância tendo em vista as facilidades proporcionadas pelo capitalismo, como, por exemplo o crédito, que leva os indivíduos a consumirem cada vez mais, mesmo sendo desnecessário ou inconsistente à sua realidade (MOREIRA; CARVALHO, 2013).

A globalização e o crescente desenvolvimento tecnológico trouxeram impactos significativos na economia, atingindo a maneira com que cada indivíduo emprega suas finanças (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Sendo assim, a educação financeira pode auxiliar o desenvolvimento econômico, pois as decisões tomadas por um indivíduo estão relacionadas a problemas como inadimplência, níveis de endividamento e capacidade de investimento dos países, podendo afetar o coletivo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

No processo de alfabetização financeira as pessoas recebem conhecimentos e desenvolvem habilidades que subsidiam a gestão do dinheiro (HUSTON, 2010). A aplicação do conhecimento recebido e o exercício de habilidades específicas constituem o NEF dos indivíduos (ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OECD, 2005). No entanto, é possível que a percepção de uma pessoa acerca da educação financeira que possui seja diferente do nível real de domínio desta. Portanto, para medir o nível real de educação financeira de um determinado indivíduo é necessário averiguar se o mesmo consegue aplicar o que sabe propriamente (HUSTON, 2010).

A importância da educação financeira consiste na capacidade cognitiva dos indivíduos em compreender e associar números e por meio destes fazer um planejamento financeiro que garanta um consumo controlado e adequado de suas economias (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009). Quando tal educação é adquirida e aprimorada, as pessoas obterão vários benefícios, dentre eles: um nível adequado de renda, independência financeira, não se endividarão facilmente, valorização do patrimônio e minimização de desperdícios (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009; VIEIRA et al., 2017).

Diante da relevância da educação financeira, Vieira et al. (2017) asseveram que esse tema deve ser ensinado desde a infância, o que pode auxiliar na formação de pessoas que tenderão a ter menos problemas financeiros quando adultos. No entanto, Manton et al. (2006) identificaram que o ensino médio não tem capacidade de educar adequadamente os alunos em relação às finanças, ficando assim, para o ensino superior suprir essa necessidade de uma educação financeira pessoal. Sendo assim, espera-se que os docentes de graduação e pós-graduação tenham conhecimento sobre o assunto para auxiliar os estudos na aprendizagem do tema.

2.2 NEF DOS DOCENTES

Um estudo feito com professores dos Estados Unidos, encontrou que apenas 37% dos docentes entrevistados havia feito alguma matéria na faculdade relacionada a educação financeira (WAY; HOLDEN, 2009). Dentre estes, cerca de 3% reportaram ter cursado algo relacionado ao ensino de finanças pessoais. O baixo percentual evidenciado pelos autores se mostra preocupante em relação à competência de ensino de educação financeira e ao gerenciamento das finanças pessoais dos próprios professores. Assim, conhecer o NEF real que os docentes possuem e os fatores que estão relacionados com esse nível pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias para melhorar o conhecimento dos professores sobre o tema.

Loibl (2010) utilizou cinco variáveis para analisar o preparo e a experiência dos professores em ensinar educação financeira: o número de matérias de nível superior feitas em finanças pessoais, o número de cursos de educação continuada feitos em finanças pessoais, a quantidade de anos que o docente leciona finanças pessoais, quantas matérias relacionadas a finanças estavam lecionando no ano da pesquisa e o percentual de tempo dedicado a tópicos de finanças pessoais no curso principal lecionado sobre o assunto. A pesquisa evidenciou que o NEF dos docentes apresenta maior relação com a participação

destes em cursos de educação continuada e com o interesse demonstrado pelo tema finanças pessoais.

Grando e Schneider (2011) investigaram a percepção de estudantes e professores do ensino fundamental e médio sobre o conteúdo de matemática financeira ensinado nas escolas. Os docentes enfatizaram a importância de conhecimentos na área para que as pessoas possam tomar melhores decisões sobre compras e empréstimos, por exemplo, evitando que sejam enganados ou manipulados em transações comerciais. No entanto, tendo como foco o ensino de matemática financeira, a percepção dos professores sobre o conhecimento do tema parece ser distinta do nível real que possuem. Isso porque os autores identificaram várias falhas de aprendizagem dos estudantes ao demonstrarem os conhecimentos recebidos sobre a disciplina em questão. Assim, além de considerar as dificuldades didáticas no processo de ensino e aprendizagem, estes docentes podem ter demonstrado um NEF percebido diferente do real.

Harter e Harter (2012) analisaram se há diferença de aprendizado de educação financeira dos alunos em razão da forma como o professor adquire seu conhecimento no tema. Durante o estudo, alguns professores frequentaram matérias de graduação e outros participaram de *workshops*, sendo ambos voltados à educação financeira. No início do semestre foi aplicado um teste aos alunos dos participantes como medida de avaliar o resultado. Depois de ensinarem matérias de educação financeira os docentes aplicaram novamente o teste do início do estudo. Foi visto que, os alunos de docentes que atenderam aos cursos independente do formato, obtiveram aumento significativo em suas notas comparados a aqueles que os professores não buscaram nenhuma forma de novo aprendizado. No entanto, o fato de o professor ter participado das matérias de graduação ou *workshops* não influenciou nas pontuações, mas docentes que buscaram novos aprendizados impactaram positivamente em seus alunos.

Moreira e Carvalho (2013) entrevistaram 618 professores da educação básica e 43% deles afirmaram não conseguir poupar parte do salário. Além disso, revelaram gastar mais do que recebem mensalmente, sendo necessário buscar uma fonte de renda complementar. O déficit apresentado pelos respondentes é alarmante, pois foi observado que 67% dos professores ultrapassam a taxa aceitável de endividamento, carecendo de instrução para gerenciamento de suas finanças. O que pode configurar um baixo NEF real.

Freitas e Souza (2017) investigaram a percepção de 231 professores do ensino fundamental e médio sobre a educação financeira que possuem. O NEF percebido foi levantado a partir da atitude, competência e do comportamento indicados pelos docentes. Os autores evidenciaram que a atitude financeira dos professores não necessariamente depende da visão que este possui sobre a política pública voltada à promoção da cultura de finanças nas escolas, porém, observou-se que a aquisição de conhecimentos sobre as políticas públicas pode impactar no comportamento financeiro destes. A maioria dos pesquisados disseram achar importante a inclusão do tema finanças pessoais no currículo escolar, porém, 98,7% deles não conheciam as ações da ENEF até a aplicação da pesquisa. Este achado indica a necessidade de propagação das políticas públicas que visam o desenvolvimento da educação financeira no país.

Visto que a percepção dos indivíduos sobre educação financeira pode ser diferente de suas ações reais (HUSTON, 2010; HUZDIK; BÉRES; NÉMETH, 2014), os resultados anteriores apontam a relevância de se considerar, na mensuração do NEF dos docentes, tanto à percepção sobre o tema quanto o que sabem aplicar propriamente. Esse modo de raciocinar o NEF conduz à formulação da primeira hipótese de pesquisa:

H₁: a percepção dos docentes é maior que o nível real de educação financeira que possuem.

2.3 VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS

A Tabela 1 traz resultados encontrados por diversos autores acerca de como o perfil psicométrico que é elaborado a partir de algumas variáveis demográficas e socioeconômicas (FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014), pode influenciar quanto conhecimento um indivíduo possui em educação financeira. A amostra destes estudos envolve estudantes ou cidadãos. Não foram encontrados estudos sobre esse tema envolvendo amostra de docentes, o que revela a necessidade de buscar os determinantes do NEF destes. Esses determinantes podem ser diferentes para os docentes, uma vez que eles podem possuir um NEF diferenciado àquele de outros indivíduos.

Tabela 1 – Variáveis que afetam o NEF dos indivíduos

Variáveis	Resultados Encontrados	Autores
Área do conhecimento	Indivíduos da área de negócios que têm contato com conteúdos de finanças possuem maior conhecimento de educação financeira.	Leal, Santos e Costa (2020); Lusardi e Mitchell (2011); Potrich, Vieira e Ceretta (2013).
Dependentes	A maioria dos indivíduos que possuem dependentes apresentam menor NEF.	Potrich, Vieira e Kirch (2015).
Escolaridade	Maior grau de titulação possibilita maior conhecimento de educação financeira.	Lusardi e Mitchell (2011); Potrich, Vieira e Ceretta (2013).
Gênero	Geralmente o sexo masculino demonstra possuir maior domínio de educação financeira que o feminino.	Atkinson e Messy (2012); Lusardi e Mitchell (2011); Medeiros e Lopes (2014); Potrich, Vieira e Kirch (2015).
Idade	A faixa etária com maior NEF é entre 30 e 40 anos.	Atkinson e Messy (2012); Lusardi e Mitchell (2011).
	O NEF é inversamente proporcional à idade.	Claudino, Nunes e Silva (2009).
Renda	Maior domínio da educação financeira por parte dos indivíduos que possuem estabilidade salarial.	Atkinson e Messy (2012).

Fonte: elaborada pelos autores da pesquisa.

As variáveis demográficas e socioeconômicas que mais possuem impacto no NEF apresentado pelas pessoas são: gênero, possuir ou não dependentes, renda própria, renda familiar e escolaridade (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015). Por exemplo, homens e mulheres demonstram resultados diferentes em níveis de educação financeira (CALAMATO, 2010). Tal fato pode estar diretamente relacionado a visão que cada um possui sobre dinheiro. Pois, comumente homens tendem a encarar o dinheiro como uma forma de poder, enquanto mulheres são mais conservadoras nesse sentido (CALAMATO, 2010). Assim, a segunda hipótese de pesquisa é:

H₂: os docentes do sexo masculino possuem maior NEF que os docentes do sexo feminino.

É possível ter alto NEF em qualquer nível de renda (ATKINSON; MESSY, 2012). A baixa renda em si, não representa fator impactante no conhecimento financeiro, no entanto, justifica comportamentos como empréstimos a altos juros, não poupar ou realizar planos a longo prazo (ATKINSON; MESSY, 2012). Indivíduos de baixa renda tem maior propensão a deixar a escola, o que no longo prazo contribui para a falta de educação financeira, pois terão menos acesso a programas de educação oferecidos na escola (CALAMATO, 2010). Por esta razão, a alta renda é comumente associada a possuir maiores NEF. Já o fato do indivíduo possuir dependentes aumenta as chances de se contrair empréstimos a alto custo e diminui

as chances de possuir economias para emergências (SCHERESBERG, 2013). Assim, considerando a influência da renda e do número de dependentes no NEF dos docentes, têm-se as seguintes hipóteses:

H₃: o recebimento de maiores salários está positivamente associado com o NEF dos docentes.

H₄: os docentes que apresentam maior quantidade de dependentes possuem menor NEF.

As pessoas com idade entre 30 e 40 anos são propensas a possuir maior NEF que jovens e idosos (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015). Os mais jovens têm mais chances em tomar empréstimos com custos altos, assim como aqueles que possuem dependentes (SCHERESBERG, 2013). Já os mais velhos possuem experiência em um mercado financeiro diferente do que encontram com a idade avançada, desta forma podem encontrar dificuldade em se manterem atualizados quanto às rápidas mudanças no cenário econômico e a introdução de novas tecnologias (ATKINSON; MESSY, 2012). Logo, têm-se a quinta hipótese:

H₅: a idade dos docentes está negativamente relacionada com o NEF.

Sobre a escolaridade, pessoas com maiores níveis de escolaridade são os que possuem maior grau de educação financeira (POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013). Observa-se ainda, que indivíduos que possuem na grade curricular de seus cursos disciplinas relacionadas à área de finanças apresentam maior NEF, pois tal fato possibilita que estes tenham mais acesso a questões econômicas e financeiras, trazendo maior compreensão acerca destes assuntos (POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013). Por conseguinte, entende-se que docentes da área de negócios que têm contato com conteúdos de finanças podem apresentar maior educação financeira em relação aos de outras áreas do conhecimento. Destarte o contexto teórico apresentado, têm-se as seguintes hipóteses:

H₆: o grau de escolaridade está positivamente associado com o NEF dos docentes.

H₇: os docentes dos cursos relacionados com a área de negócios possuem maior NEF que os docentes de outros cursos universitários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento foi realizado por meio de um questionário elaborado com base nas pesquisas apresentadas na Tabela 1. Foi realizado um pré-teste em março de 2019 com um docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e outro da Universidade Federal de Goiás (UFG). Após incorporar as alterações sugeridas, o questionário foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da UFU. O questionário foi enviado às coordenações dos cursos e aos docentes de aproximadamente quarenta IES públicas brasileiras. Foi solicitado aos docentes o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes que respondessem à pesquisa, o qual foi disponibilizado no *link* do questionário.

A primeira parte do questionário busca identificar o perfil psicométrico dos respondentes. A segunda contém 36 afirmações, onde os respondentes deveriam atribuir uma pontuação de 1 a 7 (ordem crescente de concordância) em relação às declarações. O objetivo dessa parte é identificar a percepção e o nível real de educação financeira dos docentes. Destas, as primeiras 21 afirmações estão relacionadas com a percepção dos docentes sobre a educação financeira que possuem – PEF. Assim, a média da percepção dos docentes quanto à sua própria educação financeira – MP, é resultado da média das notas atribuídas pelos docentes às afirmações 1 a 21 do questionário. As afirmações de 22 a 32 buscam ilustrar a educação financeira real dos docentes – EFR. A média das notas atribuídas a essas afirmações configuram a média real de educação financeira dos docentes – MR. A média geral da educação financeira – MG, resulta da média das notas atribuídas às afirmações 1 a 32 (média de PEF e EFR). Já as últimas quatro afirmações da segunda parte do questionário têm o intuito de identificar as características da docência sobre educação financeira.

Em razão das notas atribuídas estarem em uma escala de 1 a 7, onde 1 significa menor e 7 maior pontuação, as respostas fornecidas nas afirmações 5, 7 a 10, 14-15, 17-18, 22 a 25, 27, 29 e 30 foram transformadas para captarem o efeito negativo sobre o NEF no cálculo das médias.

3.1 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para avaliar se a educação financeira dos professores difere entre o nível geral, de percepção e o real, foi utilizado primeiramente o teste univariado *Shapiro-Francia* para testar a normalidade das variáveis MG, MP e MR. Uma vez que nem todas essas variáveis

apresentaram indicativo de normalidade ($p\text{-valor} > 0,05$), adotou-se o teste *Wilcoxon* para comparar os valores medianos do NEF.

No que se refere a influência dos fatores demográficos e socioeconômicos sobre o NEF dos docentes, o modelo econométrico especificado na Equação 1 da Tabela 2 foi testado por meio de regressão linear múltipla.

Tabela 2 – Modelo econométrico da pesquisa

Equação (1):	$NEF_i = \alpha_i + \beta_1 \text{Área}_i + \beta_2 \text{Dependentes}_i + \beta_3 \text{Escolaridade}_i + \beta_4 \text{Gênero}_i + \beta_5 \text{Idade}_i + \beta_6 \text{Renda}_{total_i} + \sum \text{Características adicionais}_i + \varepsilon$
Variáveis:	Significado:
NEF	A variável dependente da Equação 1 é representada pela MG, MP e MR. O modelo foi testado três vezes, uma vez para cada média.
Área do conhecimento	É uma variável <i>dummy</i> com valor 1 para quando a área foi Ciência Social Aplicada e 0 para o contrário.
Dependentes	Representa a quantidade de dependentes do respondente.
Escolaridade	É uma variável <i>dummy</i> com valor 1 para o respondente que possui pós-graduação e 0 para quando possui apenas graduação.
Gênero	É uma variável <i>dummy</i> com valor 1 para o sexo masculino e 0 caso contrário.
Idade	Idade dos respondentes em anos.
Renda total	É uma variável <i>dummy</i> com valor 1 para renda total de até R\$ 10.000,00 e 0 acima de R\$ 10.000,00.
Estado Civil	É uma variável <i>dummy</i> em que o valor 1 representa não solteiros e 0 os solteiros.
Mora	É uma variável <i>dummy</i> com valor 1 para não mora sozinho e 0 para mora sozinho.
Moradia	É uma variável <i>dummy</i> com valor 1 para moradia não própria e 0 para própria.
Renda individual	É uma variável <i>dummy</i> com valor 1 para renda de até R\$ 5.000,00 e 0 acima de R\$ 5.000,00.
Tempo docência	É representado pela quantidade de anos que o respondente trabalha como docente.
Turno	É uma variável <i>dummy</i> com valor 1 para trabalha dois turnos e 0 para trabalha apenas um.
Curso lecionado	É uma variável <i>dummy</i> com valor 1 para quando o docente leciona em curso de graduação e 0 para pós-graduação.
Leciona educação financeira	Representa se o respondente leciona sobre educação financeira.
Leciona conhecimentos relacionados	Representa se o respondente leciona conhecimentos relacionados ao tema.
Conhecimentos no curso	Representa se o curso de atuação oferece conhecimentos sobre o tema.
Conhecimentos IES	Demonstra se a IES do respondente oferece conhecimentos sobre o tema.

Fonte: elaborada pelos autores da pesquisa.

O teste univariado *Shapiro-Francia* foi utilizado também para avaliar a normalidade dos resíduos da regressão ($p\text{-valor} > 0,05$). O Fator de Inflação de Variância (FIV) teve o intuito de avaliar a multicolinearidade das variáveis independentes da Equação 1 ($FIV < 10$). Além desses, o teste *Breusch-Pagan* foi utilizado para avaliar a heterocedasticidade das variâncias dos resíduos da regressão ($p\text{-valor} > 0,05$). Os *outputs* dos testes aplicados indicaram ausência de problemas de multicolinearidade e de heterocedasticidade, porém, os resíduos das

regressões que tiveram como variáveis dependentes a MG e a MP, não seguiram uma distribuição normal. Por conseguinte, os coeficientes dessas duas regressões foram estimados com a correção robusta de White. Destaca-se que, foi adotado o procedimento de winsorização para as variáveis dependentes que representaram o NEF, a um intervalo de confiança de 5% para corrigir os *outliers* da amostra.

4 PERFIL DA AMOSTRA

Foram obtidas 549 respostas válidas de docentes de graduação e pós-graduação de diversas universidades públicas brasileiras.

As IES da pesquisa estão evidenciadas na Figura 1.

Figura 1 – Principais IES dos respondentes



Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa.

De acordo com a Figura 1, a maioria dos respondentes são docentes da UFU, representando 29% da amostra total, seguida pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) cada uma representando 10% da amostra total.

A média de idade dos docentes é 42 anos, tendo o mais velho 72 anos e o mais novo 21. A maioria é do sexo feminino (50,46%), casados (68,13%), possui titulação de especialista (36,43%), tem renda individual acima de R\$ 10.001,00 (48,82%) e renda total acima de R\$ 15.001,00 (36,61%). A maior parte dos respondentes leciona para a graduação (98,72%) e se formaram na área de Ciências Exatas e da Terra.

A caracterização dos respondentes está representada na Tabela 3.

Tabela 3 – Caracterização dos respondentes

Variável	Categoria	n.º	Frequência relativa
Sexo	Feminino	277	50,46
	Masculino	272	49,54
Estado civil	Casado(a)	372	68,13
	Divorciado(a)	41	7,51
	Solteiro(a)	131	23,99
	Viúvo(a)	2	0,37
Renda individual	Até R\$ 5.000,00	25	4,55
	De R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	256	46,63
	Acima de R\$ 10.001,00	268	48,82
Renda total	Até R\$ 10.000,00	163	29,69
	De R\$ 10.001,00 a R\$ 15.000,00	185	33,7
	Acima de R\$ 15.001,00	201	36,61
Grau ou titulação	Graduação	161	29,33
	Especialista	200	36,43
	Mestre(a)	26	4,74
	Doutor(a)	136	24,77
	Pós-doutor(a)	26	4,74
Área do conhecimento	Ciências Agrárias	66	11,46
	Ciências Biológicas	58	10,07
	Ciências da Saúde	79	13,72
	Ciências Exatas e da Terra	115	19,97
	Multidisciplinar	1	0,17
	Ciências Humanas	43	7,47
	Ciências Sociais Aplicadas	99	17,19
	Educação	22	3,82
	Engenharias	74	12,85
	Linguística, Letras e Artes	19	3,30
Curso lecionado	Graduação	539	98,72
	Pós-graduação <i>latu e strictu sensu</i> ^a	7	1,28
Fonte para obter conhecimento financeiro ^b	Amigos e conhecidos	160	12,83
	Cursos específicos	114	9,14
	Livros	19	1,52
	Mídias sociais	170	13,63
	Prática do dia a dia	304	24,38
	Revistas e Jornais	160	12,83
	Trabalho	99	7,94
	Universidade	134	10,75
	Outros	23	1,84
	Não tenho conhecimento	64	5,13

Notas: n.º: número de observações; ^a três docentes indicaram lecionar somente na pós-graduação (*latu sensu* ou *strictu sensu*); quatro docentes mencionaram lecionar tanto na graduação quanto na pós-graduação; ^b os docentes puderam escolher mais de uma alternativa para este item.

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa.

Quando questionados sobre qual fonte utilizam para obter conhecimento sobre educação financeira, a maioria respondeu que aprendem com a prática do dia a dia (24,38%), enquanto apenas 10,75% dos docentes afirma que a universidade proporciona conhecimento em educação financeira (Tabela 3). O resultado pode ser um alerta sobre a necessidade de

investimento por parte das universidades em capacitação e educação continuada dos docentes em educação financeira.

As características da docência sobre o tema educação financeira estão expostas na Tabela 4. O tempo médio de docência dos respondentes é de 12 anos, sendo que a metade destes apresenta pelo menos 10 anos (mediana) de atuação como docente.

Tabela 4 – Características da docência sobre o tema educação financeira

	n.º	M	DP	CV	Mín	Med	Máx
Tempo de docência (em anos)	531	12,41	8,27	66,64	1	10	43
Leciona sobre educação financeira	544	1,30	1,16	89,80	1	1	7
Leciona conhecimentos relacionados	543	1,89	1,79	94,42	1	1	7
Curso oferece conhecimentos sobre o tema	543	2,19	1,89	86,27	1	1	7
IES oferece conhecimentos sobre o tema	543	2,35	1,83	77,94	1	1	7

Notas: n.º: número de observações; M: média; DP: desvio padrão; CV: coeficiente de variação; Mín: valor mínimo; Med: mediana; Máx: valor máximo.

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa.

Destaca-se que, a maioria dos respondentes não leciona sobre educação financeira ou conhecimentos relacionados e o curso ou a IES que atuam não oferecem conhecimentos sobre o tema. Os achados podem justificar as indicações feitas pelos docentes de buscar fontes alternativas de conhecimento financeiro tal como a prática do dia a dia, que foi a fonte mais citada pelos professores (Tabela 3). Ademais, tais constatações ressaltam a necessidade de políticas educacionais que visem à capacitação dos docentes sobre o tema educação financeira, de modo que possam aprender a lidar com suas finanças pessoais e serem transmissores do conhecimento adquirido.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 5 traz uma análise descritiva das afirmações relacionadas à percepção dos docentes sobre seu NEF. Das afirmações do Painel A, apenas 3 obtiveram média inferior à metade (3,5) da maior nota possível (7), sugerindo que, de maneira geral, os docentes da amostra possuem uma percepção positiva sobre o NEF que possuem. As afirmativas PEF12 “aprendi sobre educação financeira na graduação e a PEF13 “aprendi sobre educação financeira na pós-graduação” tiveram média de 1,94 e 1,67, respectivamente, revelando que a maioria dos docentes da amostra desta pesquisa não aprendeu sobre educação financeira nos cursos de graduação ou pós-graduação. Além disso, a maioria dos docentes afirmou que os conhecimentos adquiridos no curso que lecionam não os ajudam no controle financeiro

pessoal (PEF20 – média 2,25). Esses resultados revelam uma possível deficiência nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação quanto ao processo de ensino-aprendizagem de educação financeira.

Tabela 5 – Estatística descritiva das afirmações sobre a percepção do NEF

Afirmativas	Sigla	n.º	M	DP	CV	Mín	Med	Máx
PAINEL A – Respostas que indicam maior NEF								
Tenho conhecimentos sobre a liquidez das aplicações financeiras	PEF1	548	4,16	2,26	54,45	1	4	7
Elaboro lista de compras de supermercado	PEF2	548	5,44	1,83	33,68	1	6	7
Uso adequadamente o cartão de crédito	PEF3	548	5,93	1,50	25,22	1	7	7
Faço planejamento financeiro	PEF4	548	5,19	1,79	34,57	1	6	7
Tenho conhecimento da taxa de juros do cheque especial	PEF6	548	5,71	2,16	37,87	1	7	7
Tenho conhecimento sobre educação financeira	PEF11	548	4,53	1,96	43,17	1	5	7
Aprendi sobre educação financeira na graduação	PEF12	548	1,94	1,77	91,22	1	1	7
Aprendi sobre educação financeira na pós-graduação	PEF13	548	1,67	1,57	93,74	1	1	7
Costumo poupar parte da minha renda	PEF16	548	5,23	2,02	38,63	1	6	7
Guardo parte dos recursos para gastar conforme planejado	PEF19	543	5,12	1,86	36,38	1	6	7
Os conhecimentos adquiridos no curso que leciono me ajudam no meu controle financeiro	PEF20	543	2,25	1,95	86,92	1	1	7
Uso planilhas e/ou aplicativos para efetuar o meu planejamento e controle financeiro	PEF21	544	4,06	2,50	61,56	1	4	7
PAINEL B – Respostas que indicam menor NEF								
Faço uso de cheque especial	PEF5	548	1,73	1,62	93,51	1	1	7
Normalmente pago o valor mínimo da fatura do cartão de crédito	PEF7	548	1,37	1,32	96,28	1	7	7
Tenho muitas dívidas	PEF8	548	2,04	1,69	83,12	1	1	7
Gasto mais do que ganho	PEF9	548	1,85	1,59	86,14	1	1	7
Tenho dívidas referentes a empréstimos obtidos	PEF10	548	2,53	2,36	93,09	1	1	7
Gasto praticamente tudo o que ganho, não costumo poupar	PEF14	548	2,70	2,00	74,22	1	2	7
Sou conservador(a), não me arrisco com investimentos para ganhar mais	PEF15	548	4,70	2,07	43,97	1	5	7
Sou desligado(a), não tenho controle sobre meus gastos	PEF17	548	2,05	1,62	79,18	1	1	7
Costumo guardar parte dos recursos que ganho, porém sem planos futuros	PEF18	548	3,28	2,03	61,82	1	3	7

Notas: n.º: número de observações; M: média da pontuação atribuída às afirmativas; DP: desvio padrão; CV: coeficiente de variação; Mín: valor mínimo; Med: mediana; Máx: valor máximo.

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa.

Por outro lado, as afirmativas PEF3 “uso adequadamente o cartão de crédito” e PEF6 “tenho conhecimento da taxa de juros do cheque especial” receberam as maiores notas (5,93 e 5,71, respectivamente). Esses achados são interessantes ao menos por duas razões. Primeira, os juros resultantes do uso do cartão de crédito e do cheque especial fazem parte de pesquisas nacionais relevantes como a “Pesquisa de Juros” desenvolvida pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), cujos resultados da pesquisa são divulgados em veículos de comunicação em massa. Logo, por se tratar de assuntos do dia a dia dos brasileiros, os respondentes podem ter buscado demonstrar que saibam lidar com a gestão destas fontes de crédito, o que significa não necessariamente que saibam. Segunda, tendo em vista que a maioria dos respondentes possui renda superior a R\$ 10.000,00 (Tabela 3), assim como sugerido por Atkinson e Messy (2012) este aspecto socioeconômico pode levar os docentes a gerir adequadamente o cartão de crédito e o cheque especial, a evitar o seu uso, ou a não utilizarem essas fontes de crédito.

No Painel B (Tabela 5) estão as afirmativas inversamente relacionadas com o NEF. Observa-se que apenas uma média foi superior a 3,5 [metade da maior nota possível (7)], sugerindo também que, de maneira geral, os docentes da amostra possuem uma percepção positiva sobre a educação financeira que possuem. A PEF15 “sou conservador(a), não me arrisco com investimentos para ganhar mais”, com média 4,70, indica resistência dos docentes ao risco, mesmo que o retorno possa ser maior. Ao passo que, a maioria dos docentes afirma não fazer uso de cheque especial (AFP5), não pagar apenas o valor mínimo da fatura do cartão de crédito (PEF7) e não gastar mais do que ganham (PEF9), indicando uma percepção positiva dos docentes quanto ao conhecimento sobre a educação financeira que possuem.

A Tabela 6 apresenta a análise descritiva das afirmações relacionadas ao NEF real dos docentes. No Painel A, as afirmativas EFR22, EFR24, EFR29 e EFR30 apresentaram média superior a 3,5 (maior que 50% da maior nota possível – 7,0), o que pode sugerir baixo NEF. Destacam-se a EFR 24 “investimentos mais arriscados tendem a fornecer maior retorno ao longo do tempo” (média de 4,58) e a EFR30 “títulos de capitalização são mais rentáveis que a aplicação em conta poupança” (média de 3,91), uma vez que a rentabilidade da poupança é maior que a dos títulos de capitalização e, não necessariamente um investimento mais arriscado irá fornecer maior retorno ao longo do tempo (SANTOS; MENDES-DA-SILVA; GONZALEZ, 2018).

Tabela 6 – Estatística descritiva das afirmações quanto ao NEF real

Afirmativas	Sigla	n.º	M	DP	CV	Mín	Med	Máx
PAINEL A – Respostas que indicam menor NEF								
Se eu comprar ações de uma empresa, passo a ser dono de parte da empresa e também a ser responsável por suas dívidas	EFR22	541	3,66	2,38	64,89	1	4	7
Se a taxa de juros (Selic) diminui, necessariamente o preço dos títulos de renda também diminui	EFR23	541	3,45	2,17	62,84	1	3	7
Investimentos mais arriscados tendem a fornecer maior retorno ao longo do tempo	EFR24	541	4,58	2,19	47,84	1	5	7
Entre pagar a fatura do cartão de crédito e utilizar o limite do cheque especial, melhor optar por dever o cartão de crédito	EFR25	541	2,77	2,26	81,63	1	1	7
Uma aplicação financeira que retorna 1% ao ano, mesmo que a inflação do período seja de 2%, será vantajosa para o investidor	EFR27	543	1,79	1,47	82,50	1	1	7
A aplicação em poupança tem maior liquidez do que a aplicação em títulos públicos	EFR29	544	3,51	2,48	70,63	1	3	7
Títulos de capitalização são mais rentáveis que a aplicação em conta poupança	EFR30	543	3,91	2,44	62,29	1	4	7
PAINEL B – Respostas que indicam maior NEF								
Quando a inflação do país aumenta, decai o poder de compra do consumidor	EFR26	543	6,22	1,58	25,38	1	7	7
Os investimentos em ações são, normalmente, mais arriscados do que em títulos públicos	EFR28	542	5,79	1,72	29,67	1	7	7
Aplicação em títulos de liquidez imediata podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo financeiro para o investidor	EFR31	541	3,87	2,27	58,74	1	4	7
Em geral, o investidor paga imposto sobre o rendimento obtido em aplicações financeiras	EFR32	544	5,72	1,78	31,06	1	7	7

Notas: n.º: número de observações; M: média da pontuação atribuída às afirmativas; DP: desvio padrão; CV: coeficiente de variação; Mín: valor mínimo; Med: mediana; Máx: valor máximo.

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa.

Dentre as afirmativas do Painel B (Tabela 6) que medem o aumento do NEF real, onde valores maiores representavam maior conhecimento em educação financeira, verifica-se que todas as médias resultantes da pontuação atribuída pelos docentes às afirmações estão acima de 3,5. Tendo em vista que apenas 5,13% dos respondentes informaram não saber finanças (Tabela 3), a busca por fontes para obter conhecimento financeiro e o pré-requisito de

bacharelado ou licenciatura para o exercício da profissão docente no ensino superior, podem ser considerados fatores que contribuíram para os professores apresentarem um NEF diferenciado àquele de outros indivíduos. Inclusive, a constatação da escolaridade corrobora os estudos que evidenciaram um maior conhecimento de educação financeira por indivíduos que detêm um maior grau de titulação (LUSARDI; MITCHELL, 2011; POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013).

Das questões em que maiores valores demonstravam maior NEF real (Painel B), as que obtiveram maiores médias foram EFR26 “quando a inflação do país aumenta, decai o poder de compra do consumidor” e EFR28 “os investimentos em ações são, normalmente, mais arriscados do que em títulos públicos” respectivamente. Os resultados encontrados demonstram que os respondentes têm maior domínio quando o assunto é inflação. Tal fato pode ser justificado pelo assunto ser costumeiramente discutido em jornais, revistas e nas escolas, por exemplo. Chama a atenção também o fato dos docentes compreenderem que os investimentos em renda variável são mais arriscados que os de renda fixa. O domínio do tema pelos docentes vai ao encontro do crescimento do número de investidores pessoas físicas ocorrido no mercado de capitais brasileiro entre os anos de 2019 e 2021 (B3, 2021). Essas constatações indicam que o conhecimento financeiro de docentes do ensino superior pode ser diferenciado ao de professores do ensino médio que foi registrado nos estudos de Moreira e Carvalho (2013) e Freitas e Souza (2017), uma vez que os profissionais investigados nestas pesquisas informaram dificuldades para gerir suas finanças pessoais e desconhecer as ações da ENEF, respectivamente.

A Tabela 7 apresenta a síntese e a comparação das notas atribuídas pelos docentes às afirmações que mediram o NEF – geral, percebido e real.

Tabela 7 – Estatística descritiva e comparação do NEF

NEF	n.º	Média	DP	CV	Mínimo	Mediana	Máximo	P>z
Geral	548	4,84	0,65	0,13	2,94	4,88	6,38	Geral × Percepção: 0,05**
Percepção	544	4,91	0,62	0,13	2,64	4,91	6,45	Percepção × Real: 0,05**
Real	548	4,81	0,87	0,18	2,10	4,86	6,71	Real × Geral: 0,05**

Notas: n.º: número de observações; DP: desvio padrão; CV: coeficiente de variação; P>z: p-valor do teste *Wilcoxon*; o símbolo de ** indica significância estatística a 5%.

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa.

Com relação aos valores médios constantes na Tabela 7, o geral é 4,84, o percebido pelos docentes é 4,81 e o real é de 4,91. Uma vez que os *outputs* do teste *Shapiro-Francia*

indicaram a presença de normalidade (p-valor de 0,38) apenas para o NEF real, foi empregado o teste *Wilcoxon* ($P > z$) para comparar entre si os valores medianos do NEF. Assim, verifica-se que, o NEF geral (mediana de 4,88) se mostra diferente da percepção dos docentes quanto à sua própria educação financeira (mediana de 4,91), da educação financeira real que os docentes possuem (mediana de 4,86), e que a percepção dos docentes é maior que o nível real de educação financeira que possuem (mediana de 4,91 > 4,86). Logo, além de corroborar a aceitação da Hipótese 1, a pontuação atribuída pelos professores às afirmações do questionário possibilita avaliar o NEF levando-se em conta às diferenças entre a percepção, o conhecimento financeiro real e a educação financeira apresentada pelos docentes como um todo.

Na Tabela 8 são demonstrados os resultados dos testes de regressão linear múltipla para a Equação 1. É possível observar que os determinantes do NEF real são diferentes daqueles da MP. As variáveis que influenciam na percepção do NEF (MP) que os docentes possuem são: gênero, idade, número de dependentes, renda total, o curso lecionado e se leciona temas relacionados à educação financeira. Já no caso do NEF real, os determinantes são: gênero, área de graduação e se o curso oferece conhecimentos sobre o tema. Percebe-se que o único determinante que se repete é o gênero do respondente.

Em razão dos estudantes da área de negócios terem mais contato com matérias de educação financeira, pode haver uma presunção de que os docentes graduados nesta área possuem maior NEF. Em estudos prévios como os de Leal, Santos e Costa (2020) e Potrich, Vieira e Ceretta (2013), foi visto que estudantes desta área realmente possuem mais educação financeira que os das outras áreas. Na análise feita neste estudo, foi descoberto que os docentes graduados na área de negócios obtiveram influência positiva desta variável na MR, mas não na MG e na MP. A relevância do papel da área do conhecimento sobre a MR corrobora assim com os resultados anteriores e com a aceitação da Hipótese 7. Diferente do resultado obtido por Loibl (2010), a maioria dos professores desta pesquisa não leciona sobre educação financeira ou conteúdos relacionados, bem como não têm contato com o tema por meio do curso ou IES em que atuam (Tabela 4). Logo, esse achado é relevante para apoiar o desenvolvimento de políticas educacionais que visem à capacitação de docentes brasileiros de áreas distintas sobre o tema educação financeira.

Tabela 8 – Regressão linear múltipla – Equação 1

$$NEF_i = \alpha_i + \beta_1 \text{Área}_i + \beta_2 \text{Dependentes}_i + \beta_3 \text{Escolaridade}_i + \beta_4 \text{Gênero}_i + \beta_5 \text{Idade}_i + \beta_6 \text{Renda}_{total_i} + \sum \text{Características adicionais}_i + \varepsilon$$

Variáveis	Coef.	MG	MR	MP
PAINEL A – Variáveis demográficas e socioeconômicas				
Área do conhecimento ^a	β_1	0,07	0,17**	0,02
Dependentes	β_2	-0,04**	-0,01	-0,06**
Escolaridade	β_3	-0,02	-0,01	-0,02
Gênero	β_4	0,29***	0,12**	0,38***
Idade	β_5	-0,02***	-0,01	-0,02***
Renda total	β_6	-0,28***	-0,10	-0,36***
PAINEL B – Características adicionais				
Estado civil	β_7	0,11	0,03	0,15
Mora	β_8	-0,16*	0,08	-0,28**
Moradia	β_9	0,20	-0,61	0,62
Renda individual	β_{10}	-0,08	0,02	-0,14
Tempo de docência	β_{11}	0,01	-0,01	0,01
Turno lecionado	β_{12}	-0,36	0,13	-0,62
Curso lecionado	β_{13}	-0,62**	-0,42	-0,75**
Leciona sobre educação financeira	β_{14}	0,00	-0,04	0,02
Leciona conhecimentos relacionados	β_{15}	0,05**	0,02	0,06**
Curso oferece conhecimentos sobre o tema	β_{16}	0,01	-0,04*	0,03
IES oferece conhecimentos sobre o tema	β_{17}	0,02	0,01	0,03
PAINEL C – Aspectos comuns do modelo				
Constante	α	6,04***	5,70***	6,24***
Observações		508	508	508
R2		0,20	0,07	0,21
F		8,17	2,17	9,22

Notas: a variável dependente da Equação 1 foi alternada entre a MG, MR e a MP; ^a dos 99 docentes com graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas, 78 informaram ter concluído pelo menos uma graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Gestão de Agronegócios; o símbolo de * indica significância estatística a 10%; ** a 5%; e *** a 1%.

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa.

Potrich, Vieira e Kirch (2015) esperavam que indivíduos com maior número de dependentes possuíssem maior NEF por se preocuparem mais com o orçamento e por visarem o bem-estar familiar. Contudo, os autores encontraram resultado contrário em uma amostra constituída por maior quantidade de mulheres e com maior grau de escolaridade em ensino superior. Uma vez que a amostra deste estudo compõe 50,46% de mulheres (Tabela 3) e satisfaz o pré-requisito de ensino superior, os resultados obtidos corroboram aqueles encontrados por esses autores ao mostrar que o número de dependentes é capaz de afetar negativamente a MG e a MP das pessoas. Logo, aceitando a Hipótese 4 pode-se admitir que os docentes com maior quantidade de dependentes possuem menor NEF geral e percebido.

Sobre a escolaridade, considera-se que indivíduos com maior grau de escolaridade apresentem maior NEF (POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013). No entanto, os resultados constantes na Tabela 8 mostram que a escolaridade dos docentes que foi representada pela

titulação indicada por estes no preenchimento do questionário (Tabela 3), não apresentou significância estatística quanto à influência desta variável sobre a MG, a MR e a MP. Uma vez que o exercício profissional da docência no ensino superior requer pelo menos o grau de bacharel ou de licenciatura, a titulação a nível de pós-graduação que foi indicada pelos respondentes não desempenha um fator relevante sobre a maneira pela qual o docente percebe seu NEF, ou aplica seus conhecimentos sobre o tema. Por conseguinte, não se pôde aceitar que existe uma associação positiva entre o NEF geral, percebido e real dos docentes e o grau de escolaridade dos mesmos (Hipótese 6).

No que se refere ao gênero, a influência positiva desta variável sobre a MG, a MR e a MP (Tabela 8) levam à aceitação da Hipótese 2, além de corroborar com as evidências anteriores de que homens demonstram possuir maior domínio de educação financeira que mulheres (ATKINSON; MESSY, 2012; POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015). Interessante notar que o NEF se difere entre os docentes homens e mulheres, tanto com relação ao modo como percebem a educação financeira (MP) quanto às ações que venham a desenvolver sobre suas finanças (MR). Calamato (2010) explica que alguns homens buscam por meio do dinheiro demonstrar poder. Conseqüentemente, um maior engajamento em finanças pode ocorrer pelo sexo masculino face ao feminino e, assim, um maior NEF ser desenvolvido por homens. Ademais, esses achados revelam que a diferença de gênero também se faz presente no contexto da docência, por isso, para que os professores sejam treinados adequadamente e a ENEF seja difundida nas escolas brasileiras, verifica-se a importância do governo considerar as especificidades de gênero em suas diretrizes educacionais.

Considerando que a idade dos respondentes foi medida de forma contínua, o avançar da idade dos docentes apresentou relação negativa com a MG e a MP, enquanto a MR não foi estatisticamente significativa (Tabela 8). Sendo assim, corrobora-se com a Hipótese 5 de que a idade dos docentes está negativamente relacionada com o NEF (geral e percebido). Cabe salientar que a média de idade dos docentes pesquisados é 42 anos, tendo o mais velho 72 anos e o mais novo 21. No estudo de Potrich et al. (2015), os autores não encontraram significância estatística para a variável idade. Apesar da baixa significância econômica, os resultados desta pesquisa podem representar uma “bandeira vermelha” para as pessoas acima de 40 anos sobre o modo como lidam com suas finanças. Não obstante, os resultados chamam a atenção para que o governo amplie a ENEF para outras esferas e faixas etárias da sociedade brasileira.

A renda total da família do docente apresentou relação negativa com a MG e a MP, enquanto a MR não foi significativa. Portanto, a Hipótese 3 não pode ser corroborada. Considerando que os indivíduos podem apresentar alto NEF em qualquer nível de renda (ATKINSON; MESSY, 2012), uma possível explicação para que a renda total familiar influenciasse negativamente o NEF repousa no fato de que os docentes casados administrem suas finanças, mas de maneira separada de seus cônjuges. Esse raciocínio está pautado na constatação de que os professores casados representam maior parte da amostra (Tabela 3), bem como a indicação de respostas feitas pelos docentes que aumentam o NEF, por exemplo, gerir adequadamente o cartão de crédito e o cheque especial (Tabela 5). Em contrapartida, Atkinson e Messy (2012) afirmam que a renda em si não é o fator que impacta na educação financeira e sim o que justifica certas atitudes vistas como indício de baixa educação financeira, como por exemplo não fazer planos de longo prazo, não poupar e tomar empréstimos, mas que ocorrem em razão da renda apertada.

Com relação às características adicionais que complementam a Equação 1 (Painel B), tais como moradia, renda individual, tempo de docência, turno lecionado, leciona sobre educação financeira e IES oferece conhecimentos sobre o tema, verifica-se que estas não desempenharam um papel relevante sobre o NEF dos docentes. Outros resultados encontrados foram de que o fato de morar com outras pessoas e lecionar apenas na graduação afetam negativamente a MG e a MP dos docentes, enquanto lecionar conhecimentos relacionados sobre o tema afeta positivamente a MG e a MP. Já o fato de o curso oferecer conhecimentos sobre o tema, curiosamente afeta negativamente a média real.

A medida estatística R² (Painel C) trouxe como resultado que as variáveis utilizadas no teste de regressão explicam 20% de tudo que influencia o NEF dos respondentes. De toda forma, o teste F demonstra que existem variáveis suficientes para que o modelo esteja adequado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou identificar se aspectos demográficos e socioeconômicos estão associados com o NEF dos docentes de graduação e pós-graduação de IES públicas brasileiras. Participaram do levantamento 549 docentes.

Os resultados encontrados foram de que os docentes possuem conhecimento adequado em educação financeira quando se observa que a média de conhecimento real

destes representa aproximadamente 70% da escala utilizada. É possível observar ainda, que os professores graduados na área de negócios obtêm maior média real que os das outras áreas. O NEF percebido (mediana de 4,91) de educação financeira dos docentes é maior que o NEF real (4,86) por eles, demonstrando assim que estes superavaliaram seu conhecimento.

A respeito das variáveis que afetam o NEF dos docentes, foi visto que a idade, o número de dependentes, a renda total, com quem moram e o curso lecionado afetam negativamente as médias geral e percebida de educação financeira dos respondentes, enquanto o curso oferecer conhecimentos sobre o tema influencia negativamente a média real. Positivamente, a média geral, percebida e real foram afetadas pelo gênero, a média real pela área do conhecimento, e a média geral e percebida por lecionar conhecimentos relacionados ao tema.

Como contribuições a pesquisa segrega o NEF dos docentes de universidades públicas brasileiras em geral, percebido e real, bem como mostra os perfis psicométricos e as características da docência que desempenham um papel relevante na educação financeira destes. A identificação das variáveis que afetam o NEF possibilita aplicar medidas que ajudem a aperfeiçoar o entendimento dos docentes por meio de políticas públicas como a ENEF, além de auxiliar as IES que visam capacitar seus docentes em educação financeira. O estudo também aponta características que podem levar os docentes a refletir sobre o modo como lidam com suas finanças.

No decorrer da pesquisa foi encontrado como limitação o baixo número de docentes de pós-graduação na amostra utilizada e a dificuldade em encontrar outros estudos relacionados ao tema realizados com docentes de ensino superior. Estudos futuros podem utilizar uma amostra com mais docentes da pós-graduação, visto que nesta amostra estes representam apenas 1,28% ou pesquisar docentes de instituições privadas; ou ainda investigar o NEF de estudantes e professores atentando para o contexto de pandemia causado pelo Covid-19.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. L.; SANTOS, A. P. R. Educação financeira dos professores: planejamento e execução orçamentária. *In: JOVENS estudantes no ambiente científico: resultados das pesquisas BIC-Jr (2014) da Universidade do Vale do Sapucaí*. Pouso Alegre: Univás, 2015. p. 65–73.

ATKINSON, A.; MESSY, F.-A. Measuring financial literacy: results of the OECD infe pilot study. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, v. 15, p. 1–73, 2012.

B3. **Uma análise da evolução dos investidores na B3**, 2021. Disponível em: https://www.b3.com.br/data/files/EC/B5/B4/6F/6C63B71027085EA7AC094EA8/Book_PF-Agosto2021.pdf.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de Junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm

CABRAL, B. B. Educação financeira: o primeiro passo para consumo consciente. *In: SABERES Multidisciplinares*. Salvador: JM Gráfica, 2014. p. 125–135.

CALAMATO, M. P. **Learning financial literacy in the family**. 2010. 1 San Jose State University, San Jose, CA, USA, 2010. Disponível em: <http://ezproxyucdc.ucatolica.edu.co:2053/docview/849722542/abstract/528FDFB65AE84F45PQ/162?accountid=45660>.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. da. **Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos** Anais do Seminários em Administração. [s.l.: s.n.]. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=724.

COUTINHO, C. de Q. e S.; TEIXEIRA, J. Letramento financeiro: um diagnóstico de saberes docentes. **Revemat: Revista Eletrônica de Educação Matemática**, v. 10, n. 2, p. 01, 18 jan. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/1981-1322.2015v10n2p1>.

FERNANDES, D.; LYNCH, J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. **Management Science**, v. 60, n. 8, p. 1861–1883, ago. 2014. Disponível em: <http://pubsonline.informs.org/doi/abs/10.1287/mnsc.2013.1849>.

FREITAS, M. L. G.; SOUZA, A. A. de. Percepção de professores sobre finanças pessoais. **RCA - Revista Científica da AJES**, v. 6, n. 12, p. 1–28, 2017.

GRANDO, N. I.; SCHNEIDER, I. J. Educação financeira: o que pensam alunos e professores. **Revista Educação em Questão**, v. 40, n. 26, p. 195–219, 2011.

HARTER, C. L.; HARTER, J. F. R. Does a graduate course in personal finance for teachers lead to higher student financial literacy than a teacher workshop? **Journal of Consumer Education**, v. 29, p. 35–46, 2012.

HASLER, A.; LUSARDI, A. **The gender gap in financial literacy: a global perspective** Global Financial Literacy Excellence Centre. [s.l.: s.n.]. Disponível em: www.gflec.or.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296–

316, jun. 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>.

HUZDIK, K.; BÉRES, D.; NÉMETH, E. An empirical study of financial literacy versus risk tolerance among higher education students. **Public Finance Quarterly**, v. 4, p. 444–456, 2014. Disponível em: https://www.asz.hu/storage/files/files/public-finance-quarterly-articles/2014/a_huzdik_beres_nemeth_2014_4.pdf.

LEAL, S. C.; SANTOS, D. V. dos; COSTA, P. de S. Perfil de educação financeira dos discentes de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior brasileiras. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 11, n. 1, p. 1–26, 2020.

LOIBL, C. A look inside: teacher information search for personal finance instruction. **International Journal of Consumer Studies**, v. 34, n. 3, p. 287–297, maio 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1470-6431.2010.00867.x>.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 10, n. 4, p. 509–525, 11 out. 2011. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S147474721100045X/type/journal_article.

MANTON, E. J. et al. What college freshmen admit to not knowing about personal finance. **Journal of College Teaching & Learning (TLC)**, v. 3, n. 1, 1 jan. 2006. Disponível em: <https://clutejournals.com/index.php/TLC/article/view/1758>.

MEDEIROS, F. S. B.; LOPES, T. de A. M. Finanças pessoais: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 7, n. 2, p. 221–251, 2014.

MOREIRA, R. do C.; CARVALHO, H. L. F. S. de. As finanças pessoais dos professores da rede municipal de ensino de Campo Formoso-BA: um estudo na escola José de Anchieta. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, p. 122–137, 2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Improving financial literacy: analysis of issues and policies**. Paris: OECD Centre, 2005.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 3, p. 315–334, 2013.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 362–377, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772015000300362&lng=pt&tlng=pt.

SANTOS, D. B.; MENDES-DA-SILVA, W.; GONZALEZ, L. Deficit de alfabetização financeira induz ao uso de empréstimos em mercados informais. **Revista de Administração de**

Empresas, v. 58, n. 1, p. 44–59, jan. 2018. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902018000100044&lng=pt&tlng=pt.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 6, p. 1121–1141, 2007.

SCHERESBERG, C. de B. Financial literacy and financial behavior among young adults: evidence and implications. **Numeracy**, v. 6, n. 2, jul. 2013. Disponível em:
<http://scholarcommons.usf.edu/numeracy/vol6/iss2/art5/>.

SILVA, E. C. M.; FERRAREZI, L. A. Educação Financeira. **Interface Tecnológica**, v. 7, n. 1, p. 133–142, 2010.

VIEIRA, K. M. et al. Aprendendo finanças de um jeito fácil e divertido: uma experiência com estudantes de escolas públicas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 845–861, 4 jun. 2017. Disponível em:
<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8479/6570>.

WAY, W. L.; HOLDEN, K. C. 2009 outstanding AFCPE® conference paper teachers' background and capacity to teach personal finance: results of a national study. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, n. 2, p. 64–78, 2009.

XIAO, J. J.; PORTO, N. Financial education and financial satisfaction. **International Journal of Bank Marketing**, v. 35, n. 5, p. 805–817, 3 jul. 2017. Disponível em:
<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJBM-01-2016-0009/full/html>.